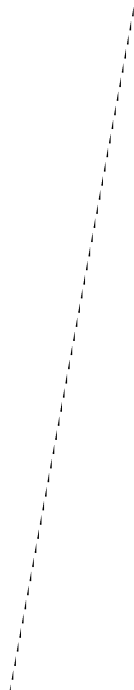

A ORDEM EUROPEIA — UM PONTO DE REFLEXÃO

J. Baptista Comprido

1000



A ORDEM EUROPEIA — UM PONTO DE REFLEXÃO (*)

O processo de transformação do sistema europeu tem sido alucinante. Combina a mudança rápida nas unidades com alterações profundas nas suas relações. As implicações são cruciais para o futuro da Europa.

De repente, a equação bipolar dominante desdobrou-se num sistema de equações multivariáveis de valor mais nivelado. Não admira que as questões sejam muitas e as respostas muitas mais. Abundam a imaginação, o interesse e a paixão nos cálculos e nos cenários.

O tempo corrente é de clara transição internacional. Não pode, por isso, fornecer esquemas recortados e creíveis. Parece, antes, requerer que se procure conhecer a natureza do jogo novo. Sabe-se de onde já se partiu, mas ainda não se sabe onde se vai chegar. Convém, ao menos, controlar a posição.

A política da Europa confunde-se, ainda, com a segurança. A Europa dos anos 90 está a passar pela esteira da guerra que devia ter conduzido à sua reformulação em 1945.

Mas o facto da Europa ter passado quase 50 anos de paz e estabilidade aconselha a reflectir sobre os instrumentos responsáveis pela qualidade, e raridade, daquele facto histórico. Talvez convenha mantê-los e ajustá-los, adequadamente, enquanto não se forjam outros para a era nova.

A lista tem, sem dúvida, à cabeça a Aliança Atlântica e a Comunidade Europeia, protegidas e pacificadas pelo poder nuclear americano.

Foram estes instrumentos que permitiram descongelar a divisão da Europa, libertando a metade Leste e incentivando a sua democratização e, bem assim, levar a União Soviética a admitir a necessidade de promover reformas profundas. Não restam, hoje, dúvidas de que o abandono completo do regime e a sua substituição pela democracia ocidental são condições necessárias para o êxito final da democratização e da reforma.

(*) Texto fornecido para o Seminário «A evolução na Europa e a DN» ocorrido no IDN em 2, 3 e 4 de Maio de 1990.

Mas, é claro, são processos nascentes, demorados, que encerram grande potencial de instabilidade e incerteza.

A ordem europeia pós-guerra foi sendo desenhada *ad-hoc* na prancheta da segurança. O equilíbrio estabeleceu-se entre os poderes de duas alianças.

A Aliança Atlântica tem sabido, até agora, e no essencial, manter-se coesa e solidária perante os desenvolvimentos a Leste e as alterações de poder no seu próprio seio.

O Pacto de Varsóvia está em queda orgânica e em transe disfuncional, não só por esvaziamento de conteúdo como por declínio evidente da União Soviética.

Se conjugarmos estes factos com a reunificação esperada da Alemanha e com o poder militar soviético ainda presente na Europa Central, não deve causar surpresa a situação altamente ambígua e volátil que caracteriza actualmente a Europa.

Dissolvendo-se o Pacto de Varsóvia desaparece a razão, tida pela opinião pública ocidental como única ou principal, da existência da NATO.

O vazio de poder na Europa Central seria preenchido por uma Alemanha unificada, tão poderosa como ainda receada; as garantias de segurança exigidas à Alemanha devem ser-lhe igualmente asseguradas; só um equilíbrio de poderes permite gerir pacificamente as crises implícitas nos processos em curso no Leste e na URSS; a estabilidade de crise só pode ser assegurada por negociações sobre as fases inerentes ao controlo de armamentos; a presença convergente das duas superpotências na Europa tem ainda de ser admitida como um facto útil e os Europeus devem continuar a assegurar a sua audição na gestão nuclear; a reunificação da Alemanha e a plenitude da sua soberania só podem ser alcançadas *de facto*, desejavelmente sem sobressaltos, jogando com a redução e retirada das forças estrangeiras e com o estatuto do território oriental alemão; seria potencialmente tão perigosa a neutralidade da Alemanha como o isolamento duma URSS enfraquecida.

Mal básico

Alguns preconizam que a Conferência sobre a Segurança e Cooperação na Europa (CSCE) é capaz de substituir as duas alianças na sua contri-

buição essencial para o tratamento eficaz daquelas questões. Não lhe falta nem o universo ideal de países nem o mandato de espectro largo de funções.

Só que os seus constrangimentos estruturais transformariam a CSCE numa espécie de mini Nações Unidas para a segurança da Europa. Mesmo eventuais alterações nos termos de referência não parece que pudessem evitar impasses no tratamnto da sensibilidade e complexidade inerentes às questões políticas de segurança.

Mas a CSCE continua a ter um papel fundamental como força estabilizadora, quadro de cooperação e sentido de responsabilidade na segurança europeia. Bastará notar o seu papel actual e futuro, ligado às negociações sobre o desarmamento convencional (CFE) e a sua função institucional como alta instância colectiva de legitimização da reunificação da Alemanha.

Outros vêem no aprofundamento da CEE, e seu oportuno alargamento, a organização vocacionada para enquadrar a futura ordem europeia.

A CEE é, sem dúvida, o único êxito europeu capaz de apontar um destino para a Europa. A expansão gradual, a lume brando, da integração funcional europeia é uma das suas características principais, indispensável para cimentar a coesão entre os povos e para lhes criar um sentido de identidade e consciência própria.

Mas a intensificação forçada da comunidade, para reduzir o atraso e acompanhar a aceleração do tempo presente, pode antecipar a ligação entre governos, mas não assegura a ligação entre povos. A aceleração política é sempre feita à custa da amalgamação das lealdades — pressuposto crítico de qualquer comunidade nascente.

Outra noção tendencial da CEE é a concentração de poderes, contrária à natureza histórica autónoma da Europa autêntica. Outra ainda, é a sua densidade burocrática, inconciliável com o processo político e operacional de qualquer sistema de segurança.

Todavia, não é hoje minimamente concebível qualquer construção europeia sem a utilização de produtos disponíveis, embora muito sectoriais, da CEE.

Todos estão de acordo em que a nova ordem europeia deve acrescentar à integração económica a «comunidade de segurança», preconizada por Karl Deutsch. Mas a verdade é que os interesses e as aspirações de todos estão longe de se reconhecerem simultaneamente satisfeitos, mesmo

nos projectos mais abrangentes e abertos que por aí proliferam. Pelo contrário.

Nota-se uma tendência ou indícios adversos de «renacionalismo» ou «regionalismo». E, com eles, vêm os jogos de equilíbrios, alianças e *ententes*, característicos da política do poder internacional.

A fraqueza comum aos projectos de ordem europeia pós-guerra fria parecem derivar dum mesmo mal básico: a ambição histórica europeia de criar um corpo único (económico, político, de segurança) por fusão ou à custa dos sistemas existentes. É um erro.

A mudança, e a grande incerteza que a vai acompanhar por alguns anos ainda, aconselham prudência e humildade no pensamento e acção.

A história é trágica. As grandes arquitecturas internacionais já provaram que é difícil passar-se do rés-do-chão. Para o que demoliram, destruíram, desintegraram ou transfiguraram, temos de convir que é muito pouco alçado.

A lição — que é um desafio — sugere a busca dum equilíbrio apropriado entre as novas iniciativas e os sistemas e políticas existentes.

Só quando a teoria dos jogos, aplicada ao fenómeno internacional, puder descobrir ou prever um pico claro na actual curva, muito achatada, da distribuição de probabilidades, gerada pelo alto grau de incerteza da situação, é que poderão vislumbrar-se os contornos firmes da ordem nova.

Honestidade intelectual

Até lá, parece óbvio que os projectos de construção europeia devem assentar fundamentalmente na solidariedade básica e no fortalecimento adequado da capacidade da Aliança Atlântica e na integração crescente, até onde possível, da Europa.

Só assim o Ocidente será capaz de, paradoxalmente, contribuir para a abertura e flexibilidade democrática da URSS e, também, para acautelá-la a sua natural afirmação e coerência futura.

A URSS é uma potência europeia, na medida em que tem interesses importantes na Europa. Mas não é fácil contemplar a URSS como condomínio da «casa comum europeia». Todavia, seria insensato vedar-lhe a participação em qualquer esquema geral de segurança para a Europa.

Apesar das retóricas altas, a CEE ainda não foi capaz de resolver a sua crise nata de identidade. Só assim se explica que os seus membros (individual ou colectivamente) não tenham ainda apresentado um projecto ou visão da Europa futura, susceptível de mobilizar as vontades ou atrair as atenções dos Europeus. E a razão parece residir no choque cultural e histórico entre a construção superestrutural de poderes — que alguns desejam encimar e outros fingem aceitar — e a diversidade intrínseca dos povos europeus — que nenhum tenciona abdicar.

O mais, talvez, que, neste momento, se pode adiantar sobre a ordem europeia é que o esforço ajustado e coordenado da Aliança Atlântica e o trabalho aprofundado e alargado da CEE devem ser complementados por um maior dinamismo da CSCE nas dimensões humana, social e cultural.

A CEE cria, verifica e institucionaliza a integração económica como base para a unidade assintótica da Europa. A CSCE forja laços de cooperação, segurança e confiança entre os Europeus, indispensáveis a qualquer comunidade pacífica e estável. A Aliança Atlântica confere coerência a todo este processo, garantindo o seu desenvolvimento pacífico.

As dores por que está a passar a Europa já foram sentidas pelos Europeus de 1815 e de 1918. As de 1945 foram, então, adiadas. Chegam agora. É preciso entender as suas causas diferentes para evitar que degenerem nos mesmos efeitos trágicos do passado. A mudança pacífica é um bem que não deve ser consumido por uma gestão displicente ou precipitada.

A honestidade intelectual parece só ter uma resposta modesta para os movimentos tectónicos produzidos pelas forças das sociedades: prudência e discrição.

Trata-se de regimes totalitários que, pela primeira vez, parecem querer transformar-se pacificamente. E trata-se, também, de regimes democráticos que nunca conseguiram conciliar a lógica da integração — que lhes satisfaz o interesse — e a lógica da diversidade — que lhes preserva a identidade na sociedade internacional.

É um exercício diplomático do mesmo alcance, mas muito mais complexo e denso, do que o do Congresso de Viena, 1815. Então, a derrocada era de Napoleão. Agora, ainda é de Estaline.

A Europa começa a ver cumprir-se, finalmente, Yalta — eleições livres nos países de Leste. O «nevoeiro da paz» parece querer substituir as nuvens

da «guerra fria». Como continente, a Europa ainda não sabe o que fazer com a sua própria autodeterminação.

Parafrazeando Aron, a Europa ainda não está em condições de poder construir-se sem ser «caminhando às arrecuas para o futuro».

Compreende-se a perplexidade e a inquietação dos países europeus perante a complexidade e incerteza da futura ordem de segurança europeia.

Mas também se compreende que o tempo deva ser mais de debate do que de acção, sobretudo para aqueles países mais (inter) dependentes e parcos de recursos e situados nas periferias de interface estratégico, como é o caso português.

São as conclusões do debate que devem orientar a influência de Portugal na reformulação da segurança europeia e permitir lançar as bases da política e estratégia de defesa nacional.

J. Baptista Comprido

Assessor do IDN